



# Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



## A morte do presidente pode levar a mudanças no Irã?

Mortes de líderes políticos aumentam a chance de mudanças em regimes autocráticos

O Irã é um agente importante na geopolítica internacional por sua localização geográfica, por suas importantes ligações comerciais com China e Rússia e por ser grande financiador de grupos terroristas como Hamas e Hezbollah. O país tem cerca de 90 milhões de habitantes e, apesar do rico passado histórico e de suas reservas de petróleo, não vai bem economicamente.

Uma mudança política no Irã impactaria o Oriente Médio e o mundo.

No último domingo, a queda de um helicóptero matou o presidente iraniano, Ebrahim Raisi. No Irã, o presidente é considerado a segunda mais alta autoridade do país, após o líder supremo, Ali Khamenei. Raisi, além de ser o presidente, era apontado como possível sucessor de Khamenei.

A morte repentina de um líder pode fazer alguma diferença nos rumos de um país?

Por um lado, regimes políticos não são determinados por uma só pessoa. Um líder morre, mas os grupos que sustentam o sistema continuam com seus valores e interesses. Por outro lado, especialmente em autocracias, quando o poder está concentrado na mão de poucos, uma mudança na cabeça do regime poderia afetar os rumos do país.

O que dizem os dados?

Há vários casos de mortes de líderes que se tornaram pontos de virada históricos os assassinatos do arquiduque Franz Ferdinand em 1914 e do presidente de Ruanda Juvénal Habyarimana em 1994 são exemplos frequentemente citados. Isso, contudo, não nos permite inferir causalidade.

Mortes de líderes não são eventos aleatórios. Assassinatos acontecem quando as tensões políticas são grandes. Há mais chance de acidentes se o país tem dificuldade de fazer a manutenção do helicóptero. O problema é que, aí, não sabemos se as mudanças que observamos foram causadas pela morte do líder ou pelos fatores que levaram a essa morte.

Quando queremos testar uma vacina ou um remédio, sorteamos um grupo que recebe o tratamento e comparamos os resultados com os de um outro que não é tratado e fica como controle.

No caso da morte de líderes políticos, essa abordagem requereria sortearmos líderes que morrem e compararmos o que acontece nesses países com outros em que os líderes deram sorte no sorteio.

Ben Jones e Ben Olken estudaram o que mais pode se aproximar desse macabro experimento.

Os autores catalogaram, em um período de 130 anos, todas as tentativas de assassinatos de líderes políticos em que uma arma foi efetivamente disparada ou uma bomba estourou.

A ideia é que diversos fatores levam grupos a planejarem assassinar um líder político. Os planos levados a cabo geram um disparo ou um estouro. Mas a bala ou a bomba podem matar ou não. Aí entra a parte aleatória. Quem morreu vai para o grupo de tratamento. Quem teve a vida poupada pela sorte vai para o grupo de controle.

E aí, o que acontece?

Em democracias, assassinatos não parecem afetar instituições políticas. Outra pessoa toma

posse, mas a análise estatística não detecta uma chance maior de mudança no regime.

Em autocracias, porém, mudanças no regime e transições para a democracia se tornam mais prováveis quando o líder político morre. Os efeitos parecem grandes. Além disso, tentativas de assassinato bem-sucedidas parecem acelerar o fim de guerras, mas há muita incerteza nessa estimativa.

Esses são efeitos médios. Cada caso tem suas particularidades. Mas a análise de um conjunto grande de países mostra que mortes de líderes políticos de fato aumentam a chance de mudanças em regimes autocráticos. O futuro do Irã, do Oriente Médio e da geopolítica mundial se tornou um pouco mais incerto no último domingo.

PROGRAMA

# banrisul reconstruir RS

R\$ 7 bilhões para as nossas empresas seguirem em frente.

Saiba mais em [banrisul.com.br/reconstruir](http://banrisul.com.br/reconstruir)



## Estados pedem criação de fundo de investimento na renegociação de dívidas

/CONTAS PÚBLICAS

Os estados divulgaram carta aberta em defesa da inclusão de um fundo de investimentos na proposta em negociação com o Ministério da Fazenda para auxílio da União aos governos estaduais.

A carta foi divulgada nesta quinta-feira (23) pelo Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais dos Estados).

A criação do fundo é uma forma de beneficiar estados que não têm dívida com a União e que cobram uma renegociação isonômica em relação aos superendividados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O Rio Grande do Sul também está no grupo das maiores dívidas, mas, em função da tragédia provocada pelas enchentes, já recebeu tratamento diferenciado para a reconstrução do estado.

Os estados querem que esse fundo de equalização de investimentos tenha como fonte de fi-

nanciamento ("funding") parte do benefício obtido a partir da redução das dívidas dos estados endividados com a substituição do indexador de correção.

A mudança do indexador é um dos itens em negociação com o Tesouro Nacional. Na prática, a proposta envolveria aporte de recursos do governo federal para os estados, o que não é citado explicitamente na carta.

A criação do Fundo de Equalização de Investimentos, como foi batizado pelos secretários de Fazenda, é uma demanda também dos estados com dívidas. Entre eles, São Paulo, que quer usar o alívio com a renegociação para ampliar espaço para novos investimentos, como já sinalizou o secretário de Fazenda do estado, Samuel Kinoshita, em entrevista à Folha de S.Paulo.

O governo de São Paulo tem uma dívida de R\$ 279 bilhões com a União e paga R\$ 19 bilhões por ano ao Tesouro Nacional de juros. Ao lado de outros estados

do Sudeste e Sul, busca um alívio no custo das parcelas por meio de uma mudança na forma de correção da dívida.

Em reunião extraordinária do Comsefaz, realizada em São Paulo, os secretários de Fazenda aprovaram um conjunto de princípios para a construção da proposta. Em vez de falar em renegociação, eles citam que se trata de uma proposta de auxílio da União aos estados e ao Distrito Federal, que contemple medidas que atendam a cada um deles levando em conta as suas especificidades e características.

Pela proposta, o principal parâmetro da ajuda será o grau de endividamento dos estados. Para aqueles mais endividados, a revisão dos encargos terá o maior impacto, com o IPCA sendo definido como centro da meta de inflação estipulada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para o ano ou outro índice de preços que vier a substituí-lo. Para os estados com menor grau

de endividamento, a proposta é a criação do Fundo de Equalização de Investimentos.

De acordo com o Comsefaz, além dessas medidas, é fundamental que, independentemente do grau de endividamento, sejam adotadas medidas que facilitem a liquidação de precatórios, com regulamentação idêntica àquela que atualmente tramita no Con-

gresso com foco nos municípios.

A carta aberta cita a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 66, negociada pela CNM (Confederação Nacional de Municípios) no âmbito do acordo para a reoneração gradual da contribuição previdenciária paga pelas prefeituras. A PEC traz mudanças no pagamento de precatórios.



RS teve tratamento diferenciado em função da tragédia climática